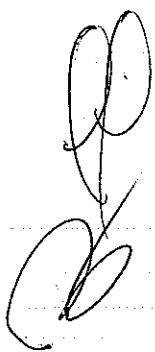
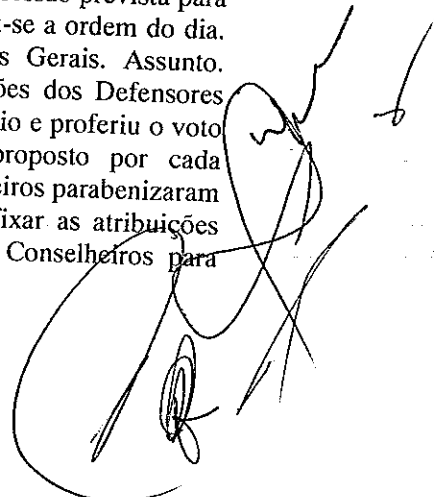

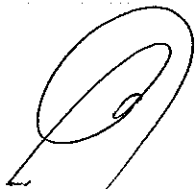
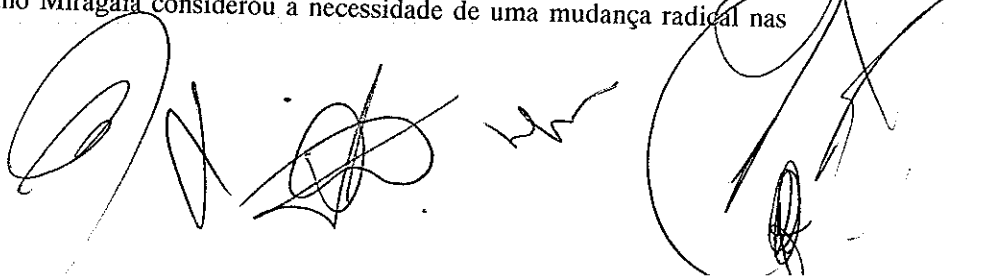


ATA DA 45ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2010/2012

Aos oito dias do mês de novembro, na sala de reuniões da Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública-Geral do Estado, Daniela Sollberger Cembranelli. Presentes os (as) Conselheiros (as) Franciane de Fátima Marques, Fabiana Botelho Zapata, Rafael Bessa Yamamura, Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Bruno Ricardo Miragaia, Vitore André Zilio Maximiano, Representando a Terceira Subdefensoria, Renato Campos Pinto de Vitto, Marcia Regina Garutti, Luciano Alencar Negrão Caserta, Rafael Valle Vernaschi, José Moacyr Doretto Nascimento, Luciana Zaffalon Leme Cardoso, e Representando a Apadep, Carolina Nunes Pannain. A Presidente iniciou a sessão comunicando que a licitação para a contratação de serviço de brigada de incêndio, solicitada pela Comissão de Segurança, foi bem sucedida, no entanto apontou a necessidade de capacitar servidores da instituição por meio de brigada de incêndio. Informou sobre a possibilidade de a Alesp votar o projeto de lei dos quatrocentos cargos de defensores na próxima terça-feira e agradeceu a todos os envolvidos pelos esforços para a expansão da instituição. A Representante da Apadep, Carolina Nunes destacou a importância de dar continuidade à movimentação na Assembleia Legislativa para que o projeto seja votado na terça-feira, mas apontou que o Deputado Enio Tatto esteve em contato com o Presidente da Apadep informando que há dois projetos de lei de interesse do Governo que podem causar algum sobrestamento. A Ouvidora-Geral, Luciana Zaffalon considerou um momento histórico de expansão da instituição, e registrou que isso representa uma grande vitória para a população do Estado que precisa de assistência jurídica. A Representante da Apadep, Carolina Nunes solicitou que seja mantida a articulação em favor da aprovação do projeto de lei que prevê que os Estados destinem até dois por cento de seu orçamento para a Defensoria Pública, e apontou que em razão do projeto de lei 114/2011 o Vice Presidente Bruno Napolitano esteve em Brasília. A Presidente informou que a Defensoria Geral acompanha atentamente a tramitação do projeto, bem como mantém a articulação em prol de sua aprovação. A Representante da Apadep, Carolina Pannain indagou sobre o andamento do pedido protocolado pela Apadep, no âmbito da Defensoria Geral a respeito do teto constitucional. A Presidente informou que o pedido tramita na Assessoria Jurídica e em breve o parecer será enviado à Associação. O Conselheiro Bruno Miragaia solicitou maiores detalhes sobre o julgamento do mandado de segurança que trata da garantia do Defensor Natural. A Presidente informou que estará em reunião, na tarde desta quinta-feira, com a Coordenadora da Assessoria Jurídica, Kathya Beja para obter todos os detalhes a respeito do posicionamento dos Desembargadores em relação ao tema, mas apontou que a Assessoria Jurídica tem visitado todos os Desembargadores em seus gabinetes para apresentar memoriais e explicar a posição da Defensoria Pública. Informou a necessidade de adiar a sessão na Regional de São Carlos prevista para o dia vinte e três de novembro, em razão da necessidade de dar posse, aos novos Defensores Públicos nesta data. A Presidente consultou a secretaria sobre o calendário de sessões fora da sede para o mês de Fevereiro. A Secretaria informou que estava prevista a Sessão na Regional de São José do Rio Preto no mês de fevereiro, sem data definida. Os Conselheiros concordaram com a transferência do dia vinte e três de novembro de 2012 para o primeiro de fevereiro de 2013, adiando para março a sessão prevista para a Regional de São José do Rio Preto. Não havendo mais manifestações, passou-se a ordem do dia. CSDP nº 135/11. Interessado: Segunda e Terceira Subdefensorias Públicas Gerais. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09, que fixa as atribuições dos Defensores Públicos. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. A relatora leu o relatório e proferiu o voto no sentido fixar a atribuição específica de acordo com o anexo III proposto por cada Regional/Unidade, verificando a necessidade de posterior alteração. Os Conselheiros parabenizaram o voto da relatora e concordaram que o retrato atual deve ser revisto para fixar as atribuições específicas e corrigir pontuais equívocos. A Presidente abriu a palavra aos Conselheiros para

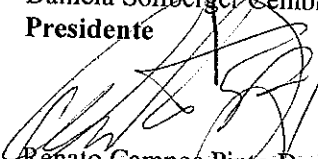


discussão. O Conselheiro Vitore Maximiano mostrou preocupação sobre o detalhamento constante na determinação das atribuições específicas de cada Defensoria Pública, considerando que o excesso de detalhes poderá engessar as atividades que os Defensores poderão desempenhar. O Conselheiro Rafael Vernaschi observou que o excesso de detalhamento pode ser prejudicial, mas pontuou que as atribuições de cada Defensoria devem ser enfrentadas pelo Conselho Superior, permitindo que os Defensores trabalhem com uma carga razoável de atribuições, possibilitando exercer outras atividades como educação em direitos e tutela coletiva. Sugeriu que as atribuições que já existem sejam estabilizadas, e viabilizem um cronograma para padronizar o modelo de atribuições para toda a instituição. O Conselheiro José Moacyr mostrou a importância de detalhar as atribuições específicas, refletindo que é necessária para garantir a fixação das atribuições para o Defensor, não cabendo a atribuição geral cumprir esse papel, além de relacionar a inamovibilidade do Defensor Público, que não poderá ser afastado dos processos que atua. O Conselheiro Rafael Bessa considerou que o detalhamento das atribuições específicas é necessário, principalmente nas atribuições mistas, justificando que a Defensoria trabalha com regime misto de atuação envolvendo o atendimento realizado pela instituição e pelos convênios suplementares. O Conselheiro Rafael Vernaschi acompanhou o entendimento. O Conselheiro Luis Gustavo apontou que as atribuições não devem ser fixadas da forma como está prevista atualmente, observando que a Defensoria deve normatizar as atribuições de acordo com a sua função constitucional, por fim citou que as atribuições pertencem à instituição e não às entidades e advogados conveniados. O Conselheiro Vitore Maximiano ponderou que a Deliberação não possui critérios objetivos para se fazer a fixação dessas atribuições, e sugeriu um esforço conjunto dos Conselheiros e com a administração, fixando um cronograma para se definir uma metodologia de trabalho, visando traçar critérios objetivos de fixação de atribuições, a partir do trabalho apresentado pela relatora. A Presidente pontuou que a realidade existente decorre de um equívoco no passado, refletindo que as atribuições foram construídas sem critérios apurados, e ressaltou que consolidar essa situação, por meio de deliberação, poderá inviabilizar o trabalho dos Defensores no futuro. O Conselheiro Renato Campos observou dificuldade no debate sobre o tema, apontando que algumas atribuições foram definidas sem um critério inicial, contudo, mostrou a necessidade de estabelecer um cronograma, a fim de realizar a oitiva dos órgãos estratégicos da instituição e oferecer parâmetros para estruturar melhor a definição das atribuições. Considerou a existência de volatilidade nas unidades, devido há algumas diferenças entre as demandas postas na área Criminal e Infância e Juventude Infracional, em face das demandas ainda não judicializadas na esfera Cível e de Família. Por fim, considerou relevante o tema de critérios de provisionamento, devendo ser considerado no momento da fixação das rotinas. A Conselheira Luciana Zaffalon apontou a necessidade do Conselho se debruçar na análise criteriosa da questão, além do enfrentar o tema que é de extrema relevância para a instituição, buscando a leitura do cenário atual, corrigir as distorções identificadas, e interpretar o futuro da instituição, no que tange a população que utiliza os serviços. Narrou que deseja levar a discussão desse processo para a perspectiva dos usuários da instituição, a partir das demandas levantadas nas Pré-Conferências regionais. A Representante da Apadep, Carolina Nunes compartilhou da fala do Conselheiro Vitore Maximiano em que é necessário dados que ainda não existem, considerando que não há critérios objetivos para mudar o cenário atual das atribuições, e mostrou a importância de se fixar as atribuições com urgência, a fim de evitar novas distorções. O Conselheiro Luciano Caserta ponderou que a situação atual deve ser estabilizada, a fim de aplicar a metodologia de mudança prevista na deliberação em questão, e concordou com a fala do Conselheiro Renato Campos no sentido de se criar um cronograma para enfrenta o tema. O Conselheiro José Moacyr abordou a necessidade de manter a atribuição geral de cada cargo ao processo de fixação de atribuições, criando um histórico das discussões feitas no âmbito do Conselho Superior no momento da criação de determinado cargo. Sugeriu à aprovação do quadro exposto no voto da relatora, com as distorções apontadas, e no segundo momento corrigir as distorções com prazo determinado, pautando o processo para o enfrentamento da questão. A relatora mostrou preocupação de se fixar as atribuições antes do início dos novos Defensores Públicos, a fim de evitar a recorrência de distorções. O Conselheiro Bruno Miragaia considerou a necessidade de uma mudança radical nas

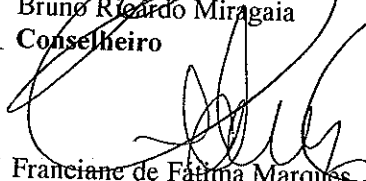
The bottom of the page features several handwritten signatures and marks. On the left, there is a large, stylized signature. In the center, there are several smaller, less distinct marks and signatures. On the right side, there is a large, complex signature that appears to be a signature with a checkmark integrated into it. There are also some smaller scribbles and marks scattered around these main signatures.

atribuições, e não apenas algumas adaptações, sugerindo que o voto apresentado seja disponibilizado à carreira e que a administração também apresente uma proposta de fixação de atribuições, com a finalidade de abrir um cronograma, com prazo para manifestação de interessados. Apontou a necessidade de avançar em outros assuntos, e citou o caso da curadoria, tutela coletiva, convênios, entre outros. A Presidente sugeriu a criação de um grupo com a participação administração superior e de Conselheiros, estabelecendo um cronograma de início e término dos trabalhos, e considerou que o estudo poderá levar até três meses. O Conselheiro Vitore Maximiano sugeriu a realização de uma força tarefa para o mês de janeiro, justificando que desta forma viabilizaria a conclusão do processo. A relatora informou que estará em férias no mês de janeiro, inviabilizando a sugestão. O Conselheiro Rafael Bessa sugeriu a fixação do cronograma para ouvir todos os interessados através de comunicado, a fim de congelar as atribuições, e sugeriu também que a administração apresente os dados necessários neste período. Os Conselheiros fizeram uma pausa de cinco minutos para discussão. Após, o Conselheiro Rafael Vernaschi apontou que o consenso é pela divulgação do voto da Conselheira Fabiana Zapata, abrir prazo de quinze dias para os interessados manifestem a revisão de suas respectivas atribuições, e após a coleta do material, por meio de cronograma realizar duas reuniões para analisar o cenário atual. A Presidente concordou com o encaminhamento, e sugeriu que além dos quinze dias de prazo para manifestação dos interessados, abrisse prazo de mais quinze dias, totalizando o prazo de um mês de diligência do processo, a fim de apresentar os indicadores da Defensoria Geral. Sugeriu também a necessidade de deliberarem sobre as datas de recesso das sessões do Conselho Superior, objetivando a organização dos trabalhos para a apresentação da proposta pela administração. Os Conselheiros optaram pela última sessão do ano aos vinte dias do mês de novembro do ano de 2012, retornando os trabalhos aos onze dias do mês de janeiro do ano de 2013. A Presidente encaminhou para votação o prazo de quinze dias para que os Defensores Públicos tenham o conhecimento do voto da relatora, se manifestarem a respeito das suas atribuições, nos moldes do comunicado a ser editado, e fixar o prazo de trinta dias para a administração realizar a análise dos dados coletados pela relatora e avaliar junto com a Segunda e Terceira Subdefensorias, e aprovou-se por unanimidade. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 310ª Sessão Ordinária, a ser realizada em 20 de dezembro de 2012, nos moldes do comunicado a ser publicado oportunamente.

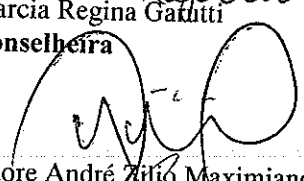

Daniela Sollberger Cembranelli
Presidente


Renato Campos Pinto De Vito
Conselheiro

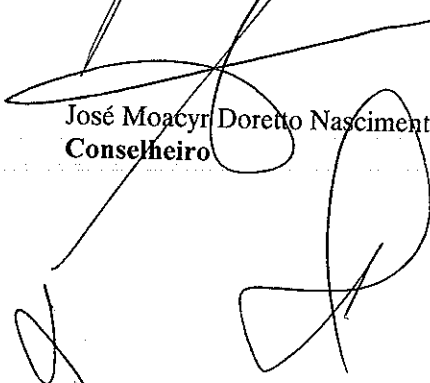

Bruno Ricardo Miragaia
Conselheiro

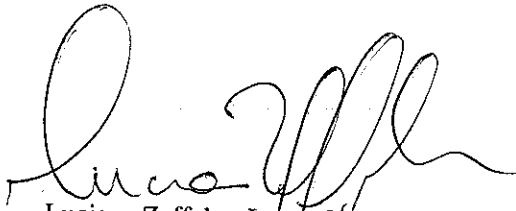

Franciane de Fátima Marques
Conselheira


Marcia Regina Gattuti
Conselheira


Vitore André Zilio Maximiano
Conselheiro


Fabiana Botelho Zapata
Conselheira

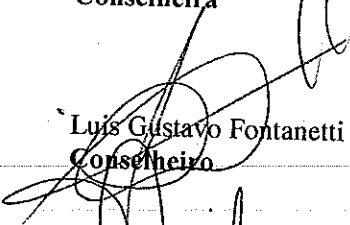

José Moacyr Doretto Nascimento
Conselheiro



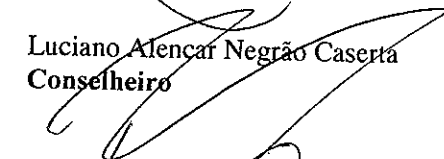
Luciana Zaffalon Leme Cardoso
Conselheira



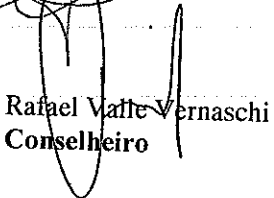
Luciano Alencar Negrão Caserta
Conselheiro



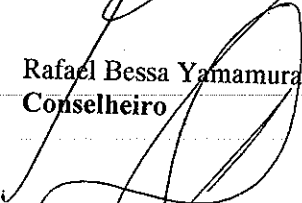
Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva
Conselheiro



Rafael Bessa Yamamura
Conselheiro



Rafael Valle Vernaschi
Conselheiro



Carolina Nunes Pannain
Representante da Apadep

2